

# BJIR

Brazilian Journal of  
International Relations

Edição Quadrimestral | volume 2 | edição nº 3 | 2013

*Desenvolvimento Pacífico Chinês  
frente à estratégia de "um século  
americano no Pacífico"*

Marcos Cordeiro Pires

 Igepri  
Instituto de Gestão Pública e  
Relações Internacionais

 unesp  
Universidade Estadual Paulista  
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),  
EBSCO Publishing e Latindex

## Desenvolvimento Pacífico Chinês frente à estratégia de “um século americano no Pacífico”

Marcos Cordeiro Pires<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é o de refletir sobre o relacionamento entre Estados Unidos e China no século XXI. Ao se observar a evolução de indicadores econômicos, políticos e também militares, nota-se que as trajetórias de Estados Unidos e China tendem a se cruzar, com um declínio relativo do primeiro e a rápida ascensão chinesa, o que nos leva a supor a ocorrência de uma possível disputa pela hegemonia mundial entre os dois países. Por conta disso, partimos do pressuposto de que a estratégia de “Um século americano na Ásia-Pacífico” se enquadra na tentativa de testar o compromisso chinês de “desenvolvimento pacífico” e seu comprometimento com a estabilidade das relações internacionais.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Pacífico, Um século americano na Ásia-Pacífico, Estados Unidos, China, disputas hegemônicas.

### Chinese Pacific front development strategy "an American century in the Pacific"

**Abstract:** The aim of this article is to reflect on the relationship between the United States and China in the 21th. Century. By observing trends of economic, political and also military indicators, we can note that the trajectories of the United States and China tend to cross, with a relative decline of the first and the fast Chinese rise. This situation makes us believe to suppose the occurrence of possible dispute for world hegemony between the two countries in medium and long term. Because of this, we assume that the strategy of "A American Century in Asia-Pacific" fits in an attempt to test the Chinese commitment to "peaceful development" and its guarantee of maintaining the stability of international relations.

**Keywords:** Peaceful Development, An American Century in Asia-Pacific, the United States, China, hegemonic disputes

---

<sup>1</sup> Livre Docência em Economia Política Internacional pela Unesp. Professor de Relações Internacionais pelo Departamento de Ciências Políticas e Econômicas- Unesp-Marília. Email: mcp@marilia.unesp.br

BJIR, Marília, v.2, n.3, p.463-482 Set./Dez. 2013

## **Introdução**

Desde 2005, o governo chinês tem se esforçado em difundir sua estratégia pacífica de desenvolvimento. Em setembro de 2011, mais uma vez o Conselho de Estado da China (China, 2011) lançou um documento afirmando que a China necessita de um ambiente internacional de paz para garantir o seu processo de desenvolvimento e que não busca nenhuma proeminência, nem a nível regional e tampouco em nível mundial.

Não obstante, em outubro de 2011, no Havaí, a secretária de Estado norte-americana, Hilary Clinton, divulgava uma nova estratégia norte-americana de abandonar a conflitiva região do Oriente Médio para direcionar os esforços militares e estratégicos para a região da Ásia-Pacífico, local de maior potencial econômico e onde poderá ser garantida a sua liderança mundial. Desde então, os norte-americanos ampliaram a presença de tropas no porto de Darwin, na Austrália, e tem dado mostra de apreço aos países que desafiam a China nos conflitos territoriais no Mar da China Meridional.

Nessa região, chineses e outros países da Associação de Nações do Sudeste da Ásia (ASEAN), além de Japão e Coreia do Sul, disputam a posse de arquipélagos onde se presume existir jazidas de minerais estratégicos. Diante deste quadro que se abre, este trabalho busca refletir sobre os possíveis desdobramentos desse eventual conflito de interesses entre China e Estados Unidos, além de especular sobre a viabilidade de uma superação de hegemonia dentro da ordem, evitando a ocorrência de perturbações de largas proporções, como ocorrera no período de 1870 a 1914.

Frente a esta questão, o objetivo deste ensaio é o de refletir sobre as possibilidades de conflito, aberto ou escamoteado, entre Estados Unidos e China frente à uma eventual suplantação de hegemonia, decorrente da ascensão desta última. Assim sendo, faremos uma breve discussão sobre ascensão e quedas de potências para em seguida refletir sobre os pontos de interrogação que se colocam frente à perspectiva de ascensão da China, como sua estratégia de desenvolvimento pacífico e a reação dos Estados Unidos diante desse novo quadro.

## **Ascensão e queda de potências**

Observando em perspectiva histórica, ao compararmos a trajetória de crescimento econômico e influência política no mundo, pode-se constatar a discrepância de desempenho entre China e Estados Unidos. Enquanto a tendência do primeiro é ascendente, a dos Estados

Unidos é declinante. Diante desse fato, justifica-se discutir a temática da suplantação da hegemonia dos Estados Unidos pela da China, durante o século XXI.

O debate sobre a ascensão e queda de potências ou mesmo de suplantação de hegemonias é bastante recorrente no campo das Ciências Sociais. Historiadores, economistas e cientistas políticos tem se debruçado sobre este tema com grande interesse. A guerra do Peloponeso e a suplantação da hegemonia de Atenas por Esparta, no século V a.C., foi objeto de interesse de Tucídides (2001). Em sua obra clássica, antes de relatar os principais acontecimentos da guerra, o historiador grego tratou de compreender o porquê da derrota da poderosa Atenas frente à estoica Esparta.

O historiador britânico Paul Kennedy (1986) em seu “Ascensão e Queda das Grandes Potências” discute este tema com bastante erudição, formulando a tese de que o poder político/militar é derivado do poder econômico e que a manutenção de uma grande estrutura militar que busque garantir a hegemonia política torna-se um fardo econômico, o que acaba por contribuir para a perda da competitividade do país, abrindo a possibilidade para que os desafiantes assumam uma posição de liderança.

Giovanni Arrighi (1996) também aborda esta questão em seu “O Longo Século XX”, onde, ao mesclar as contribuições de Fernand Braudel, Karl Marx e Immanuel Wallerstein, busca traçar uma interpretação da história do capitalismo sob a perspectiva da suplantação de Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA), caracterizados por uma fase ascendente (comercial), madura (produtiva) e decadente (financeira). Tais ciclos sistêmicos seriam sobrepostos para a experiência de cada economia nacional. Assim, por exemplo, enquanto o ciclo da Inglaterra ingressava em sua fase decadente, ou seja, financeira, no auge da vigência do padrão ouro (1870-1914), tomava curso a perda de sua competitividade produtiva. Em contrapartida, nesse mesmo contexto, os Estados Unidos cresciam de maneira consistente, desenvolvendo nos ramos industriais, modificando sua matriz energética e criando uma estrutura produtiva mais eficiente, tendo por base a grande corporação (ver: Charles Morris, 2009).

Como a História não é linear e nem todas as suas tendências “vingam”, a decadência cíclica da Inglaterra também foi acompanhada pela ascensão industrial da Alemanha, que no período de 1870, ano de sua unificação, e 1914, ano de eclosão da Grande Guerra Mundial, havia se tornado a principal economia da Europa. Do outro lado do mundo, ocorria a rápida ascensão econômica e militar do Japão, desencadeada pela Restauração Meiji (1868). O isolado país feudal em poucas décadas se tornava uma potência regional, desbancando a

influência chinesa da Península da Coreia, controlando a Manchúria, tomando Taiwan e, em 1905, se consolidava como potência ao vencer os russos na Guerra do Pacífico, se tornando o primeiro povo não-europeu a derrotar uma nação europeia numa guerra moderna.

Traço comum nas experiências de Alemanha e Japão, além da dos Estados Unidos, foi a forte expansão de sua capacidade industrial e, conseqüentemente, de sua base militar. No entanto, somente o projeto dos Estados Unidos logrou êxito, ficando no caminho as tentativas hegemônicas de Alemanha e Japão.

Voltando para a conjuntura atual, as conclusões de Arrighi em 1992 apontavam para a decadência dos Estados Unidos e a ascensão de um novo ciclo sistêmico na Ásia Oriental. Àquela época, ainda não estava claro qual país tomaria a liderança dos EUA, possivelmente o Japão. Num intervalo de 15 anos entre a publicação de “O longo Século XX” e “Adam Smith em Pequim” (Arrighi, 2008), as tendências de ascensão se deslocaram do Japão para a China, já que o primeiro havia entrado num longo período de estagnação decorrente de uma financeirização precoce. Logo, seria a China a potência emergente que desafiaria a potência hegemônica.

Esta questão da suplantação ou não da hegemonia norte-americana pela chinesa se tornou um tema que empolga o imaginário do Ocidente. Vale a pena citar o debate “Munk” (Kissinger et al., 2012) realizado por importantes pesquisadores como Henry Kissinger, Fareed Zakaria, Niall Ferguson e David Li, sobre as perspectivas da ascensão da China no século XXI. Excetuando o historiador britânico Ferguson, os demais participantes levantaram uma série de restrições sobre a possibilidade de o século XXI pertencer à China. Debilidades como a renda per capita, capacidade militar, o sistema político, a demografia e a cultura foram ressaltadas. No entanto, Ferguson apresenta um argumento de peso, relacionado à perda de dinamismo não só dos Estados Unidos, mas também de todo o Ocidente, principalmente por conta do desastre financeiro que arrastou as economias dos EUA e da Europa para a estagnação. Esta é uma questão em aberto. Suscitar a discussão é uma maneira de se preparar para atuar numa conjuntura nova e plena de desafios.

Voltando especificamente ao tema da suplantação do *ciclo sistêmico de acumulação* norte-americano pelo da China, Giovanni Arrighi (2008) discute os possíveis cenários do relacionamento entre China e Estados Unidos nesta fase de transição, decorrente de uma inexorável ascensão pacífica chinesa. Em “Adam Smith em Pequim”, são apontadas três possibilidades de como lidar com isto: (a) a emergência de uma nova “Guerra Fria”; (b) a acomodação e a criação de uma ordem bipolar; e (c) o estímulo à rivalidade de terceiros para refrear a ascensão chinesa em benefício da manutenção da hegemonia dos Estados Unidos.

Os cenários em si são factíveis, podendo existir até mesmo uma fusão entre eles. Nada impediria, por exemplo, diante do aumento das tensões e o início de uma nova corrida armamentista, que os Estados Unidos incentivassem rivais da China como a Índia, o Japão e o Vietnã arrastando os chineses para um conflito regional. A História mostra que a aliança firmada entre Nixon e Mao Tsé-Tung no sentido de conter o avanço soviético foi bastante exitosa. Também a História ensina que uma corrida armamentista pode corroer a economia da nação menos dinâmica em termos produtivos, como ocorreu com a União Soviética. Teriam os norte-americanos o fôlego de outrora para enfrentar uma nova Guerra Fria sem o seu dinamismo industrial?

De forma similar, poderiam se conformar os cenários de acomodação com o estímulo à rivalidade de terceiros, já que uma ruptura total seria desaconselhada devido aos fortes laços comerciais e financeiros que unem China e Estados Unidos. De fato, o cenário que apresenta um maior grau de complexidade é a acomodação pacífica entre os dois gigantes frente ao passivo hegemônico dos Estados Unidos.

Como afirmamos anteriormente, este ensaio não tem por objetivo resolver o problema, mas sim de suscitar questões. Neste sentido, discutiremos a seguir as perspectivas estratégicas de China e Estados Unidos.

### **China, a Paz Como Estratégia de Desenvolvimento**

Em trabalho recente sobre a temática da estratégia pacífica de desenvolvimento da China (Pires & Lacerda Matos, 2012), chamamos atenção para o caráter pacífico da nação chinesa, particularmente do maior grupo étnico da China, os Han: “ao refletirmos sobre a questão da Paz na República Popular da China, faz-se necessário inserir esta questão dentro de uma longa perspectiva histórica. Aquilo que hoje motiva a liderança política da China, qual seja, a manutenção de uma “sociedade harmônica” e a defesa de um “desenvolvimento pacífico”, tal como postula o “Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico da China” (China, 2011), é baseado em princípios antigos que garantem a especificidade da nação chinesa, uma das mais antigas civilizações do mundo e com uma história comum e ininterrupta de mais de cinco mil anos. (...) diferentemente de outras experiências ditas “imperiais” na Antiguidade, que tinham por motivação a expansão territorial e cultural para um espaço geográfico muito mais abrangente do que suas originais localidades - como ocorreu na expansão persa, no helenismo de Alexandre, o Grande, na expansão da civilização romana, ou ainda na expansão árabe - não encontraremos na China, ou melhor, em meio a sua

mais significativa etnia, a Han (95% do total), um projeto expansionista, fosse de seu território, de sua cultura e de seus valores. De fato, os momentos de expansão do império chinês se estão mais relacionados com as dinastias ditas “bárbaras”, como a dinastia mongol (Yuan – 1261-1368) e as dinastias manchú (Jin – 1115-1234 e Qing – 1644-1911) do que aquelas dirigidas pelos Han”.

Nem mesmo os 140 anos conhecidos como a “Grande Humilhação” reverteram a tendência de a China se manter em seu território e evitar guerras de conquista. A criação da República Popular, em 1949, teve de aceitar a perda definitiva de mais de 3 milhões de quilômetros quadrados do que era o antigo Império Qing antes das Guerras do Ópio, reconhecendo a independência da Mongólia Exterior e de territórios ocupados pelo antigo Império Russo, então transformado em União Soviética. Em duas oportunidades o Exército Popular de Libertação agiu contra seus vizinhos, como em 1962, quando rechaçou o exército indiano nas fronteiras do Himalaia, e em 1979, quando entrou em choque com o exército vietnamita.

A questão da paz e da coexistência vem sendo reafirmada pelos sucessivos governos da China desde a década de 1950, quando foi formulada sua política externa em defesa da paz e de não ingerência nos assuntos internos de outros países. Nesse processo, teve papel destacado o então Primeiro Ministro e Ministro do Exterior, Zhou Enlai, que procurou estreitar os laços com Estados fronteiriços da China e também com outras nações da Ásia e da África. No ano de 1953, em visita à Índia, o Zhou Enlai formulou pela primeira vez aquilo que seria sua grande contribuição para a diplomacia chinesa a partir de então: os “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”. Em 1954, após participar da Conferência de Paz que marcou fim ao domínio francês no Vietnã, em Genebra, ele reafirmou os Cinco Princípios, algo que voltaria a fazer na Conferência de Bandung, realizada em 1955 na Indonésia. Seguem abaixo os cinco princípios defendidos por Zhou Enlai:

1. Respeito à soberania e à integridade territorial de cada país;
2. Não agressão;
3. Não ingerência nos assuntos externos de outros Estados;
4. Igualdade nas relações entre os Estados; e
5. O benefício mútuo nas relações entre os Estados.

Tais princípios foram mantidos durante a fase conhecida como “Reforma e Abertura”, a partir de 1978, sob a liderança de Deng Xiaoping. A integração da China na economia internacional contribuiu para uma maior integração do país na ordem mundial. A abertura ao capital estrangeiro e a estratégia de avançar o desenvolvimento econômico por meio do

comércio exterior fez com que a China rompesse o isolamento do período maoísta e se transformasse um ator de peso nas relações internacionais.

Taxas de crescimento elevadas e contínuas tornaram o país a segunda maior economia do mundo num prazo de 30 anos, superando o Japão e se colocando rumo à não distante suplantação dos Estados Unidos como maior PIB em termos absolutos. Superávits comerciais e ingressos líquidos de capitais contribuíram para a criação das maiores reservas de divisas do mundo, o que a transformou na maior detentora de títulos do Tesouro dos Estados Unidos. Esta grande liquidez também viabilizou os investimentos diretos de empresas chinesas em diversos países do mundo, tanto países em desenvolvimento da América Latina ou na África, como em economias maduras como os Estados Unidos e a Europa Ocidental.

O modelo de desenvolvimento da China tem por característica se apoiar no processo de globalização, aproveitando as possibilidades criadas por uma economia mundial mais aberta e integrada. A produção industrial da China está no centro das principais cadeias produtivas mundiais, principalmente naquelas de maior valor agregado. Apesar de contestar o hegemonismo ocidental em diversas instituições multilaterais (FMI, Banco Mundial, OMC), a China tem se adaptado para atender as diversas exigências para se integrar a este processo. Em síntese, a China deixou de ser um ator coadjuvante na ordem internacional para se tornar um de seus fiadores.

Por conta dessa rápida ascensão, o país tem despertado sentimentos contraditórios entre os principais dirigentes das economias industrializadas. De um lado há o desejo de aproveitar o “boom” econômico e avançar sobre o seu imenso mercado interno. De outro, o ressentimento decorrente da forte concorrência industrial que desloca empresas e gera desemprego. Há ainda outro aspecto que diz respeito ao receio despertado pelo avanço econômico e militar do país, não só em seu entorno, mas também em importantes círculos de poder nos Estados Unidos.

Frente à crescente desconfiança sobre suas reais intenções, o governo chinês procura rechaçar qualquer intenção de hegemonia e proeminência. O ditado de Deng Xiaoping *Tao Guang Yang Hui* (韬光养晦), proferido no começo da década de 1990, sugere que o país deva manter um perfil baixo nas relações internacionais. Uma tradução aceitável para este ditado poderia ser “*ocultar o brilho, nutrir obscuridade*”, indicando ao povo chinês que este tem que

trabalhar diligentemente e não se vangloriar de suas conquistas<sup>2</sup>. De fato, mesmo alcançando o segundo posto no ranking da produção mundial, a renda per capita do país é inferior a de outros BRICS, como Brasil e Rússia, e muito distante das economias desenvolvidas.

Não obstante, o mesmo ditado “Tao Guang Yang Hui” pode ser traduzido como uma dissimulação, como “*ocultar as ambições e esconder as garras*”. Nesse sentido, as promessas desenvolvimento pacífico seria um estratagema para criar os meios econômicos e militares para projetar seu poder no momento adequado. Assim, a China atuaria como todas as nações em ascensão vêm fazendo desde tempos imemoriais, restando apenas discutir qual seria o momento adequado para desafiar a atual nação hegemônica.

A despeito desta interpretação, o governo da China, em setembro de 2011, divulgou o seu ‘Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico’ (China, 2011), em que reafirma seu compromisso com a paz e a estabilidade nas relações internacionais e a busca por uma ordem multipolar e inclusiva. Nesse sentido, destacamos o seguinte trecho do documento:

“A China deve desenvolver a si mesma por meio da defesa da paz mundial e contribuir para paz mundial por meio do seu próprio desenvolvimento. Deve alcançar o desenvolvimento por meio de seus próprios esforços e pela realização de reformas e inovações. Ao mesmo tempo, deve abrir-se para o mundo a aprender com os outros países. Deve procurar o benefício mútuo e o desenvolvimento comum com outros países de acordo com a tendência da globalização econômica. Deve trabalhar com outros países para construir uma paz durável e a prosperidade comum. Este é o caminho do desenvolvimento científico, independente, aberto, pacífico, cooperativo e comum” (China, 2011:2) (Tradução de Luís Antonio Paulino).

Apesar do desejo manifesto da China por manter o fluxo de seu desenvolvimento dentro de uma ordem internacional estável, não se pode desconsiderar que a sua movimentação provoca fortes abalos nas relações internacionais, independentemente de sua vontade. Tomemos como exemplo a concorrência criada pela manutenção de um fluxo constante de matérias-primas e alimentos. Mesmo que a China desloque sua demanda para países fora da órbita dos Estados Unidos, como o caso do suprimento de petróleo de Angola ou do Sudão, o impacto sobre os preços dessa demanda crescente pode provocar um aumento de custo na indústria dos EUA ou ainda influenciar os índices de inflação. A manutenção do crescimento rápido da China tende a pressionar para cima o preço das principais commodities.

Algo similar pode ocorrer frente ao acesso a novos mercados por empresas de capitais chineses, como no continente africano ou na América Latina. Uma oferta maior de recursos pode interferir na formação de taxas de juros e também na lucratividade de empresas

---

<sup>2</sup> Acerca das possíveis traduções do ditado de Deng Xiaoping, ver: Sun Bin. Tao Guang Yang Hui (韬光养晦) as a strategy - is China a threat? Disponível em: <http://sun-bin.blogspot.com.br/2005/07/tao-guang-yang-hui-as-strategy-is.html>. Acessado em 19/12/2012.

multinacionais. Da mesma forma, a existência de um novo grande mercado consumidor pode aumentar o poder de barganha de terceiros países frente às atuais nações industrializadas. Há ainda o impacto de um forte desenvolvimento científico e tecnológico da China, que pode desbancar os tradicionais fornecedores de produtos de alto valor agregado justamente onde eles ainda possuem uma maior vantagem competitiva.

Decorrente deste último aspecto, há um impacto adicional que pode levar ao aumento do receio dos vizinhos da China e também de outras potências: o forte incremento do desenvolvimento científico e tecnológico pode ser revertido na ampliação da capacidade de defesa da China. O desenvolvimento de supercomputadores, de satélites, do lançamento de naves tripuladas na órbita da Terra, de sistemas de defesa por meio de sofisticados aparelhos de telecomunicações, o aparelhamento naval e o lançamento de seus primeiros porta-aviões, etc., tem provocado apreensão na região da Ásia-Pacífico e o início de uma possível corrida armamentista na região (The Economist, 2012). Mesmo o governo russo, parceiro da China na Organização de Cooperação de Xangai (SCO, na sigla em inglês), mostra inquietação sobre esta possibilidade de ascensão militar da China, particularmente com sua capacidade nuclear:

“Os especialistas apresentaram os dados mais recentes, com base em relatórios de inteligência. Até ao final do ano passado, a China produziu até 40 toneladas de urânio enriquecido e cerca de 10 toneladas de plutônio enriquecido o que, provavelmente, possibilitou a construção de até 1.800 ogivas nucleares. Além disso, metade desse arsenal pode ser projetado para uma rápida implementação. Isto levou Vladimir Dvorkin, que antes de se reformar era responsável no Ministério da Defesa da Rússia em questões de armas nucleares estratégicas, a dizer: "A China tem 2-3 vezes mais ogivas nucleares do que é reconhecido pela comunidade de especialistas. As estimativas disponíveis, em particular do Instituto Sueco para Estudos Estratégicos, parecem um tanto subestimadas em relação ao que a China pode possuir na verdade". A subestimação do poder nuclear chinês é perigosa, especialmente tendo em conta o desejo da China de alcançar o domínio militar, e não apenas em territórios e águas adjacentes às suas fronteiras. As expedições da Marinha chinesa em oceanos do mundo, bem como a busca de pontos de apoio militares em áreas remotas, especialmente no Oceano Índico, apontam para as ambições globais de Pequim” (VOZ DA RÚSSIA, 2012).

Além do problema levantado pelo órgão noticioso do governo russo, vale destacar outro nível de desconfiança, desta vez da parte dos Estados Unidos. Enquanto que os norte-americanos defendem a abertura de setores considerados estratégicos em países periféricos, como as áreas de petróleo e telecomunicações, os investimentos chineses nos Estados Unidos são alvo de forte resistência por parte da elite governamental do país. Dois casos são sintomáticos: a proibição da venda da petrolífera UNOCAL para a chinesa CNOOC e a imposição de restrições às vendas da gigante de telecomunicações chinesa Huawei (ver: The

Economist, 2012a). Em ambos os casos, foram utilizados argumentos relacionados à soberania e à segurança nacional dos EUA.

Como se pode notar, a despeito do desejo manifesto da China em avançar seu desenvolvimento em bases pacíficas e rechaçar qualquer comparação com processos de ascensão que desembocaram em rupturas com a ordem internacional, uma análise realista das relações internacionais, particularmente da perspectiva de estrategistas experimentados, jamais deixaria de considerar todos os cenários prospectivos possíveis, buscando ajustar a política interna às novas configurações da política e economia mundiais. Nesse aspecto, os maiores interessados em traçar estratégias para se contrapor à ascensão chinesa são os norte-americanos, os detentores do bastão da hegemonia mundial. A estratégia “Um século americano na Ásia-Pacífico” é uma reação a estas transformações na ordem global.

### **A tentativa de estender a Hegemonia: Um Século Americano na Ásia-Pacífico.**

Com o fim da Guerra Fria, parecia que os Estados Unidos se firmariam como o único grande poder global. Mesmo admitindo um certo fortalecimento das instituições multilaterais durante o governo de Bill Clinton, a autoconfiança norte-americana era muito evidente. As ações relacionadas à contenção do Iraque (1991) e às represarias contra a Sérvia (1999) mostravam a mundo a superioridade tecnológica e militar do país. O avanço nas telecomunicações e o desenvolvimento de uma gama de novos produtos industriais, aliados ao maior período de crescimento econômico em tempos de paz (1992-2000) davam a impressão de que os EUA saíram rejuvenescidos e incontestáveis quando ao seu papel na ordem mundial.

A ascensão de George W. Bush, em 2001, significou a tentativa do país em se afirmar como uma potência sem restrições e desafiantes. Tendo em vista a manutenção da hegemonia norte-americana durante o século XXI, a política da Administração Bush pautou-se pelos postulados do “Projeto para um Novo Século Americano” (PNAC, na sua sigla em inglês), organização criada em 1997 por correntes (neo)conservadoras patrocinadas por influentes pessoas do “establishment” dos Estados Unidos, como o então Vice-Presidente Dick Cheney, o secretário de Defesa Donald Ramsfeld e o governador do Texas, Jeb Bush, irmão do presidente, entre outros. Das diretrizes do PNAC destaca-se a defesa de uma atuação mais assertiva da política exterior norte-americana, propugnando o aumento dos gastos militares, a

remoção de ditadores inimigos dos EUA e o estabelecimento, pela força, de governos ditos “democráticos”. De acordo com os “princípios” do PNAC (2011), consta de seus objetivos:

- 1) "é preciso aumentar significativamente os gastos com defesa se quisermos cumprir nossas atuais responsabilidades globais e modernizar nossas forças armadas para o futuro;
- 2) precisamos fortalecer nossos laços com aliados democráticos e desafiar regimes hostis aos nossos interesses e valores;
- 3) é preciso promover a causa da liberdade política e econômica no exterior;
- 4) precisamos aceitar a responsabilidade pelo papel único da América em preservar e estender uma ordem internacional amigável para a nossa segurança, nossa prosperidade e nossos princípios".

Na prática, os ataques fundamentalistas de 11 de setembro de 2001 deram a oportunidade real para que as políticas “assertivas” do PNAC fossem rapidamente implementadas pelo governo Bush, inclusive aquelas rechaçadas pelas Nações Unidas, como a invasão do Iraque, em 2003. Aparentemente, pela velocidade dos ataques e pela indiscutível superioridade bélica, parecia que o caminho da força seria a base da construção de uma ordem unipolar, em que os Estados Unidos poderiam impor sua agenda no século XXI sem maiores contestações.

No entanto, aquilo que parecia uma tarefa fácil, derrotar os Talibãs do Afeganistão ou derrubar Saddam Hussein e estabilizar um Iraque “democrático”, se mostrou um desafio de grandes proporções. Michael Mann (2006) chama atenção sobre a impossibilidade de os Estados Unidos imporem uma nova ordem estável nos países ocupados, ainda mais frente à tenacidade dos grupos de resistência, que utilizam estratégias não convencionais de ação, como o suicídio como arma de guerra, entre outros meios. Ademais, já em 2004, John Ikenberry (2004) advertia sobre o possível fracasso da estratégia do PNAC:

“Para ser claro, os neoconservadores em Washington proclamaram sua própria visão imperial: uma era de controle global organizado em torno de um arrojado exercício unilateral do poder militar, um desemaranhamento gradual das restrições do multilateralismo e um esforço agressivo para espalhar liberdade e democracia. Mas esta visão se baseia em ilusões acerca do poder dos EUA. Ela falha em desconsiderar o papel da cooperação e regras no exercício e preservação de seu poder. Sua busca retiraria dos Estados Unidos sua legitimidade como o poder preeminente global e comprometeria seriamente a autoridade que flui de tal legitimidade. Em última análise, os neoconservadores são omissos quanto a toda a gama de desafios e oportunidades globais que enfrentam os Estados Unidos”.  
(Tradução MCP)

De fato, as análises de Ikenberry se mostraram acertadas e, no final da década de 2000, os Estados Unidos estavam numa situação distante daquela imaginada pelos ideólogos conservadores no começo daquela década: não alcançaram a total supremacia e tiveram que contar com a cooperação e coordenação internacional com vistas a evitar a catástrofe

financeira, particularmente da China. O segundo governo de George W. Bush acabou vendo o prestígio e o poderio norte-americanos desgastados como nunca.

A chegada de Barack Obama parecia abrir novas perspectivas na relação entre os Estados Unidos e o mundo. Os discursos proferidos no Cairo, em Acra e Praga, respectivamente para anunciar novas perspectivas de relacionamento com os muçulmanos, com a África Negra e sobre o desarmamento nuclear davam a entender que a era de unipolaridade e de onipotência dos Estados Unidos estavam chegando ao fim. No entanto, a *realpolitik* prevaleceu frente à ideia de construção de um mundo multipolar e colaborativo.

O passivo acumulado nas guerras do Afeganistão e do Iraque começou a ser liquidado com a retirada das tropas do Iraque e a diminuição gradual do contingente estacionado no Afeganistão. No entanto, mostrou-se impossível a criação de uma institucionalidade estável nas áreas conflagradas, mas o dano econômico foi considerável. Em 2008, o economista Joseph Stiglitz projetou que o custo das guerras do Afeganistão e do Iraque superava os 3 trilhões de dólares (Washington Post, 2008). Os gastos militares também debilitaram a estrutura econômica dos Estados Unidos na medida em que o déficit orçamentário pressionava negativamente a economia, levando à desvalorização do dólar, à perda de competitividade da indústria norte-americana e a aumentos sucessivos no déficit comercial do país. Os impasses com relação ao tamanho do déficit quase paralisou o país no final de 2010, frente à falta de consenso sobre como diminuí-lo.

Sair do atoleiro do Oriente Médio, que demandava a maior parte da atenção da política externa dos EUA, foi decisivo para que uma nova estratégia de longo prazo pudesse ser adotada no sentido de garantir a hegemonia do país. No caso, pressupunha abordar de forma mais abrangente os desafios colocados pela região de maior potencial econômico no planeta: a Ásia-Pacífico.

Se reposicionar nesta região não seria apenas uma maneira de encontrar novos espaços para a melhoria da competitividade da economia norte-americana, mas também de enfrentar o maior desafio estratégico depois da queda da União Soviética, qual seja, a República Popular da China e o aumento de sua influência em seu entorno.

Por conta disso, a nova configuração geopolítica e econômica da região da Ásia Pacífico tem motivado uma série de estratégias distintas sobre como aproveitar o potencial da região que mais cresce no mundo. A mudança de curso da estratégia dos Estados Unidos para a região foi anunciada pela Secretária de Estado Hillary Clinton, em outubro de 2011, no Havaí, às vésperas da cúpula da Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC, na sigla em inglês). Trata-se da estratégia “Um século americano na Ásia-Pacífico”, como uma tentativa

de garantir o espaço norte-americano na região e também criar embaraços para a ascensão chinesa. Nas Palavras de Clinton (2011):

“No momento em que a região está construindo uma segurança mais madura e uma arquitetura econômica para promover a estabilidade e a prosperidade, o compromisso dos EUA lá [Ásia-Pacífico] é essencial. Ele vai ajudar a construir essa arquitetura e contribuirá para que a liderança americana continue durante este século, assim como no pós-Segunda Guerra Mundial estivemos comprometidos com a construção de uma abrangente e duradoura rede de instituições transatlânticas e esse relacionamento foi recompensado muitas vezes - e continua a sê-lo. Chegou a hora para os Estados Unidos para fazer investimentos semelhantes com a potência do Pacífico, um rumo estratégico definido pelo presidente Barack Obama, desde o início de sua administração e que já está gerando benefícios”.

A presença dos Estados Unidos no Pacífico não é recente. Desde as descobertas de ouro na Califórnia, em meados do século XIX, esta região passou a ter uma importância estratégica para os Estados Unidos. A expansão econômica na costa pacífica dos Estados Unidos viria a ter impactos posteriores, como o desmembramento do Panamá da Colômbia para a construção do Canal que viabilizaria a integração dos Estados Unidos Leste-Oeste, por via marítima, e também daria início a uma maior presença do país na Ásia, fosse com a abertura forçada do Japão, em 1854, fosse com a presença militar na China (após a Segunda Guerra do Ópio) e ainda, já no final do século XIX, com a vitória na guerra contra a Espanha (1898), que garantiu sua presença na região com as conquistas das Filipinas e do Havaí.

Desde então, passando pela vitória sobre o Japão na II Guerra Mundial, até o início da década de 1990, a presença norte-americana se intensificou por meio de uma grande rede de bases militares e também pela presença de sua Marinha nas águas do Pacífico e do Índico, controlando o fluxo comercial nesses trajetos. O país esteve na linha de frente na contenção do comunismo em Taiwan e na Coreia do Sul, logo após a ascensão de Mao Tsé-Tung, assim como no , no Vietnã nas décadas de 1960 e 1970. Foi de sua iniciativa a criação da ASEAN, da SEATO e também da APEC. Tal presença garantiria a vantagem estratégica na região contra a China e URSS. A aliança com a China seria decisiva para a derrocada da União Soviética e parecia que o século XXI seria mais um século americano no mundo.

No entanto, a rápida ascensão da República Popular da China em pouco mais de seis décadas criou novas oportunidade e desafios, não só para os Estados Unidos, mas também para o resto do mundo, já que o gigante asiático se converteu na nova “fábrica do mundo” e tanto a sua oferta quanto a sua demanda tendem a impactar fortemente a economia internacional.

Retomemos neste ponto às reflexões realizadas na primeira parte deste trabalho, particularmente com as possíveis estratégias norte-americanas de abordar a ascensão chinesa,

quais sejam, a de recriar uma Guerra Fria com a China; a de se acomodar numa perspectiva de G-2; e a de incentivar rivalidades com os vizinhos com vistas criar embaraços para a China.

Apesar de ocorreram inúmeras reuniões de alto nível entre diferentes autoridades da China e dos Estados Unidos, como o “U.S.-China Strategic and Economic Dialogue”, nota-se o acirramento da concorrência entre Estados Unidos e China por influência na região da Ásia-Pacífico. O crescimento chinês tem aberto oportunidades comerciais para países como Japão, Coreia do Sul e Taiwan, fortemente superavitários no intercâmbio com a China. Dentre os países da ASEAN, a China está entre os três principais sócios para a totalidade dos países do bloco. O crescimento do componente tecnológico das exportações chinesas tem desbancado fornecedores da Europa e dos Estados Unidos, causando preocupação sobre o espaço que a China deixaria para os países externos à região. Nesse sentido, apesar de não ser descartada, a possibilidade de uma acomodação entre Estados Unidos e China não está na pauta do dia.

Com relação a um forte aumento da rivalidade que pudesse desencadear uma nova Guerra Fria, apesar de não ser impossível, é pouco provável. O congelamento de relações levaria a uma forte contração nos laços econômicos justamente no momento em que eles são por demais intrincados. O papel da China em cadeias produtivas lideradas por multinacionais norte-americanas e europeias é muito importante para a sobrevivência dessas mesmas empresas. A dependência norte-americana de recursos chineses para carrear sua dívida é ainda maior. Um colapso do dólar teria efeitos similares a de uma bomba atômica sobre a economia dos EUA. Além disso, apesar de uma corrida armamentista drenar recursos que poderia garantir melhor nível de vida para suas populações, a produção industrial chinesa se mostra mais competitiva do que a norte-americana, apesar da evidente superioridade tecnológica dos Estados Unidos. Diferentemente do impacto que a corrida armamentista teve para a União Soviética por conta de sua economia centralmente planejada, o incentivo da concorrência poderia gerar ganhos de escala ainda maiores para a economia chinesa, cuja base é o mercado regulado.

A alternativa de “*tirar a castanha do fogo com a mão do gato*”, qual seja, se beneficiando da conjuntura ao se valer de rivalidades de terceiros para conter a China, parece ser a mais viável neste momento. O passivo histórico entre a China e seus vizinhos mais próximos, como Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Vietnã é muito grande. Por conta disso, o governo dos Estados Unidos tem dado uma atenção especial aos seus parceiros da ASEAN, assim como a Japão e Coreia do Sul. Vale destacar que a primeira viagem internacional de Obama ao exterior após sua reeleição foi a Mianmar, um “estado pária” que vem ensaiando passos de abertura política, até pouco tempo atrás um aliado da China no Índico. Também durante sua viagem pelo Sudeste da Ásia Barack Obama anunciou a criação da *Iniciativa E-3*

(U.S.-ASEAN Expanded Economic Engagement), um novo quadro de cooperação econômica para expandir o comércio e os laços de investimento entre os Estados Unidos e a ASEAN, criando novas oportunidades de negócios e empregos em todos os 11 países do bloco (THE WHITE HOUSE, 2012). Um outro ponto que merece destaque nessa política de isolamento *soft* da China é a Parceria Trans-Pacífico (TPP, em sua sigla em inglês), que é a tentativa de criar uma imensa área de livre comércio na região da Ásia-Pacífico que em princípio exclui dois grandes países sócios da APEC: Rússia e China.

Aparentemente, estimular rivalidades não é uma tarefa muito difícil. Os pontos de atritos entre os países do Oriente e Sudeste da Ásia são inúmeros. Além do mal-estar gerado pela Segunda Guerra Mundial, particularmente em relação ao Japão, e ainda sentido em muitos países da região, persistem as disputas pela demarcação de águas territoriais e também sobre a posse de diversos arquipélagos na costa da China. Desde o discurso de Hillary Clinton, em outubro de 2011, temos assistido aos Estados Unidos incentivar Vietnam, Filipinas, Malásia e Japão em disputas territoriais contra a China, particularmente sobre direitos territoriais no Mar da China Meridional, testando a diplomacia chinesa e despertando rivalidades adormecidas.

A ação dos Estados Unidos em criar embaraços para a China pode ser constatada no discreto incentivo dado pelo governo Obama às posições de Vietnam, Filipinas, Malásia e Brunei com relação às negociações sobre os territórios em disputa. Durante a cúpula da ASEAN, em Phnom Penh, no Camboja, em novembro de 2012, enquanto a China argumentava da necessidade de se aprofundar negociações bilaterais sobre as disputas, os demais países insistiam em negociações multilaterais, buscando enfraquecer a posição chinesa, posição discretamente apoiada pelos EUA. (The Economist, 2012b).

Recentemente, a tensão na região tende a aumentar frente à demarcação que o Vietnam realizou sobre suas águas territoriais ao incluir as Ilhas Spratly e Paracel sob o seu controle, gerando protestos na China. Veja-se a posição da diplomacia chinesa (Consulado da China em São Paulo, 2013) a ser arguida sobre a nova lei marítima do Vietnam, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2013:

A China tem a soberania incontestável sobre as ilhas Xisha, as Ilhas Nansha e suas águas adjacentes. Qualquer reivindicação de outro país e qualquer ação tomada pela soberania territorial de outra nação sobre as ilhas acima é ilegal e inválido. Estamos extremamente preocupados com o impacto negativo da promulgação desta lei, e nós pedimos que o Vietnam não tome nenhuma ação que possa complicar e ampliar a questão”.

O potencial conflitivo é muito grande. No entanto, as pendências da História são mais contundentes quando as disputas envolvem China e Japão, particularmente com relação à posse das Ilhas Diaoyu, para os chineses, ou Senkaku, para os japoneses. A polêmica tende a se complicar frente à possibilidade de o Japão reformar sua constituição no sentido de recriar forças de ataque, o que despertaria preocupações não apenas na China, mas também em outros países que foram agredidos pelo Japão durante a II Guerra Mundial. Por conta disso, recorreremos novamente às opiniões da diplomacia chinesa frente a esta possibilidade, potencializada pela vitória de forças de direita no Japão nas eleições de dezembro de 2012. O porta-voz da diplomacia chinesa, ao ser questionado sobre as declarações do recém eleito Primeiro-Ministro japonês, Shinzo Abe, que defendeu alterações na Constituição pacifista do Japão para a criação de forças armadas e que também alegou que não havia espaço para conversações sobre a questão das Ilhas Diaoyu (Senkaku), respondeu (CHINA-MFA, 2013):

Eu já respondi perguntas semelhantes sobre esta questão. A China sempre acredita que para o desenvolvimento de longo prazo, sólidas e estáveis relações entre China-Japão atendem aos interesses de ambos os países e contribuem para o desenvolvimento pacífico da Ásia. Estamos prontos para impulsionar o desenvolvimento saudável e estável das relações bilaterais com base nos princípios dos quatro documentos políticos firmados por China e Japão. Ao mesmo tempo, acompanhamos de perto o rumo que o Japão tomará e espero que o Japão siga o caminho do desenvolvimento pacífico e desempenhe um papel construtivo para a paz e a estabilidade regionais.

Acerca da questão sobre as ilhas Diaoyu, a posição do governo chinês é clara e consistente. As Ilhas Diaoyu e suas ilhas afiliadas são inerentes ao território da China. A China é firme e resoluta na defesa da soberania do território nacional. Nós também afirmamos que as disputas territoriais com países vizinhos devem ser resolvidas através do diálogo e da negociação. É imperativo para o Japão para mostrar sinceridade e trabalho com a China e fazer esforços concretos para a adequada resolução e controle desta relevante questão, por meio do diálogo e da negociação.

Conforme se pode constatar, os Estados Unidos tem se apropriado de parte da sabedoria estratégica dos chineses, como a Arte da Guerra, de Sun Tzu, para tirar proveito a seu favor. Como está distante das paixões, pode se apresentar com um árbitro, quando na verdade é parte. *“O prêmio maior de uma vitória é triunfar por meio de estratagemas, sem usar as tropas”*.

### **Considerações Finais**

A discussão sobre o impacto de uma maior assertividade dos Estados Unidos na região da Ásia-Pacífico e seus reflexos sobre a estratégia chinesa de Desenvolvimento Pacífico não

pode ser esgotada neste breve ensaio. O crescimento econômico da China gera em alguns países entusiasmo e, noutros, desconfiança. A resistência norte-americana em manter o *status quo* cria a possibilidade de intensificação de atritos com a China. Conforme sintetiza Paulino (2012):

A China insiste na tese da multipolaridade, mas são muitos os que defendem, principalmente nos Estados Unidos, a tese do chamado G2, ou seja, uma nova versão do mundo bipolar, mas tendo a China com rival estratégico dos Estados Unidos. É mais ou menos nesses termos que os Estados Unidos atualmente definem sua relação com a China. É inevitável, portanto, que os Estados Unidos vejam com suspeição o fortalecimento econômico e militar da China e encarem o discurso da China em defesa do desenvolvimento pacífico como mero exercício de retórica para não chamar atenção sobre seu fortalecimento. Segundo porque os Estados Unidos são o único país do mundo com capacidade real de criar dificuldades importantes para o desenvolvimento chinês num futuro previsível, seja por meio de agressões militares, seja pela dependência que a China ainda tem em relação ao mercado americano como destino de boa parte de suas exportações, seja pela dependência da China em relação a empresas americanas como fornecedores de tecnologia de ponta, seja pela capacidade dos Estados Unidos de articular alianças regionais na Ásia que possam de alguma forma desestabilizar o ambiente regional de cooperação que a China tenta construir.

Nesse processo os chineses não são atores passivos. Compreendem os desafios da conjuntura e tentam se equilibrar entre a sua estratégia de desenvolvimento pacífico e os potenciais riscos de conflito regional. Dessa habilidade depende a confirmação ou não da tese de que uma hegemonia somente é suplantada por mudanças traumáticas. O século XXI testemunhará esta assertiva.

### **Bibliografia**

ARRIGHI, Giovanni (1996) O longo século XX. Rio de Janeiro: Contraponto/São Paulo: Unesp.

ARRIGHI, Giovanni (2008). Adam Smith em Pequim. São Paulo: Boitempo.

CHINA (2011). CHINA, P.R., White paper on China's Peaceful Development (full text). (O Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico da China). Disponível em: <http://saopaulo.china-consulate.org/pl/xwtdt/t855996.htm>. Acessado em 20/12/2012.

CHINA-MFA (2013). Foreign Ministry Spokesperson Hua Chunying's Regular Press Conference on December 26, 2012. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/xwfw/s2510/t1001466.shtml>. Acessado em 03/01/2013.

CLINTON, H. (2011). America's Pacific Century. Foreign Policy. November. Disponível em: [http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas\\_pacific\\_century](http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas_pacific_century). Acessado em 27/10/2012.

CONSULADO DA CHINA EM SÃO PAULO (2013). Respuesta de Portavoz de Ministerio de Relaciones Exteriores, Hua Chunying a Pregunta Periodística sobre Entrada en Vigor de

"Ley Marítima de Viet Nam". 2013/01/02. Disponível em: <http://saopaulo.china-consulate.org/pl/fyrth/t1002323.htm>. Acessado em 04/01/2013.

IKENBERRY, J. Illusions of Empire: Defining the New American Order. Foreign Affairs. March/April 2004 Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/59727/g-john-ikenberry/illusions-of-empire-defining-the-new-american-order> . Acessado em 20/12/2012

KENNEDY, Paul (1986). Ascensão e queda das grandes potências. Rio de Janeiro: Campus.

KISSINGER, H et all. (2012). O século XXI pertence à China?: um debate sobre a grande potência asiática. Rio de Janeiro, Elsevier.

MANN, Michael (2006). O império da incoerência: a natureza do poder americano. Rio de Janeiro: Record.

MORRIS, Charles (2009). Os magnatas. Porto Alegre: L&PM Pocket.

PAULINO, L. A. . Desafios atuais para a política externa da China: uma reflexão sobre o o Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico da China. In: Santillán, G.. (Org.). II Seminario Iberoamericano de estudios asiáticos y latino americanos China y America Latina: perspectivas hacia la integración. 1ed.Cordoba, Argentina: Centro de Investigaciones Y Estudios sobre Cultura Y Sociedad (CIECS) (CONICET-UNC), 2012, v. 1, p. 1-16.

PIRES, Marcos Cordeiro; LACERDA MATOS, Thais Caroline (2012). A paz como estratégia de desenvolvimento chinês: dos “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” ao princípio de “Desenvolvimento Pacífico”. In: SALATINI, Rafael Almeida. Reflexões sobre a Paz. (prelo)

SUN BIN (2012). Tao Guang Yang Hui (韬光养晦) as a strategy - is China a threat? Disponível em: <http://sun-bin.blogspot.com.br/2005/07/tao-guang-yang-hui-as-strategy-is.html>. Acessado em 19/12/2012. 21

THE ECONOMIST (2012). Shopping spree. Countries are buying lots of weapons, but does it count as an arms race? Print Edition: Mar 24th 2012. Disponível em: <http://www.economist.com/node/21551056>. Acessado em 16/04/2012.

THE ECONOMIST (2012a). Huawei: The company that spooked the world. The success of China's telecoms-equipment behemoth makes spies and politicians elsewhere nervous Print Edition. Aug 4th 2012. Disponível em: <http://www.economist.com/node/21559929>. Acessado em 19/12/2012.

THE ECONOMIST (2012b). On the rocks, again: Barack Obama courts a region at odds over the South China Sea. Nov 24th 2012. Disponível em: <http://www.economist.com/news/asia/21567108-barack-obama-courts-region-odds-over-south-china-sea-rocks-again>. Acessado em 20/12/2012.

THE WHITE HOUSE (2012). Office of the Press Secretary. Fact Sheet: The U.S.-ASEAN Expanded Economic Engagement (E3) Initiative. 11/19/2012. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2012/11/19/fact-sheet-us-asean-expanded-economic-engagement-e3-initiative>. Acessado em 23/12/2012.

TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso. Prefácio de Helio Jaguaribe; Trad. do grego de Mário da Gama Kury. - 4ª. edição -Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001

VOZ DA RÚSSIA (2012). China deixou de ser tigre de papel. 4.10.2012. Disponível em: [http://portuguese.ruvr.ru/2012\\_10\\_04/Capacidade-nuclear-da-China/](http://portuguese.ruvr.ru/2012_10_04/Capacidade-nuclear-da-China/). Acessado em 01/01/2013.

WASHINGTON POST (2008). The Iraq War Will Cost Us \$3 Trillion, and Much More. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/03/07/AR2008030702846.html> . Acessado em 23/08/2011.

Recebido em: Julho 2013;  
Aprovado em: Outubro 2013